

Governo negocia contenção dos preços para anunciar a URV em 1º de fevereiro

por Claudia Safatle
de Brasília

Temerosa com a possibilidade de iniciar a implementação da Unidade Real de Valor — (URV) num ambiente de aceleração inflacionária, a equipe econômica mudou de tática e começou, nos últimos dois dias, um trabalho corpo a corpo com os principais formadores de preços. A tarefa, urgente, é evitar que a URV comece a vigorar como novo indexador, no dia 1º de fevereiro (como imagina a equipe), com os índices de preços apontando para variações explosivas naquele mês. Isso seria péssimo para o programa de estabilização, podendo gerar descontrole da inflação em cruzeiros reais e mesmo contaminar o novo índice, a URV.

“Estamos muito preocupados em evitar que isso aconteça”, disse ontem, a este jornal, o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, que durante toda a tarde, do dia anterior se reunira com os principais especialistas em política agrícola, (ver na página 12 os detalhes da reunião) consultores do setor privado, para avaliar se haveria pressões inflacionárias advindas da atividade agropecuária prevista para fevereiro. “Na avaliação deles, o pior já passou”, disse Fritsch.

Pela manhã, ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, conversou com o presidente da Eletrobrás, José Luiz Alquerres, com o diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), Gastão Luiz de Andrade Lima, e com os presidentes da CVRS, Francisco José Schettino, e da Telebrás, Adyr Silva.

Segundo Winston Fritsch, a base dessa reunião foi abrir negociações com as empresas estatais para que não haja expectativa de aumentos reais de tarifas e preços públicos. No caso específico do setor de energia elétrica sobre o qual o governo federal não detém mais o controle dos reajustes de preços, foi feito um acordo com o DNAEE, no final do ano passado, para que em janeiro corrente não houvesse aumento real das tarifas de energia elétrica, na média ponderada pela produção. Ou seja, esse acordo, que seria agora renovado

para fevereiro, implicaria um compromisso do setor em trabalhar com um reajuste médio (considerando empresa por empresa), não superior à inflação. Na eventualidade de exigência de aumento real, para garantir a saúde financeira do setor, o ministro da Fazenda teria pedido que esse fosse feito de uma maneira planejada, conforme explicou Andrade Lima à repórter Raquel Stenzel, deste jornal.

Como, na recuperação de preços realizada em 1993, houve uma pequena margem de gordura, cerca de 5% acima da inflação, na média dos preços públicos, a equipe econômica desconsidera, em princípio, a necessidade de aumentos reais.

Foi para retomar os instrumentos de acompanhamento e “monitoramento” dos preços, que o ministro da Fazenda escolheu como assessor especial o ex-secretário de abastecimento e preços, Milton Dallari, que comandou a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) até 1985, na gestão de Delfim Netto no Ministério do Planejamento. Dallari, cuja nomeação foi publicada no Diário Oficial da União do último dia 30, será o “articulador entre governo e empresários, na busca de harmonia na formação de preços dentro de cada cadeia produtiva”, informou

ontem a assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda, descartando qualquer possibilidade de controle de preços, no curto ou médio prazos.

Ele já havia participado das reuniões de Fernando Henrique com a indústria eletroeletrônica e com o segmento dos supermercados e ontem, em São Paulo, teve uma reunião com a área de leite e derivados. A evolução desse trabalho é que indicará se o Ministério da Fazenda deverá ou não recriar a SEAP.

Além da preocupação com a evolução dos preços industriais, preços agrícolas e tarifas públicas, nessas reuniões o ministro da Fazenda tem colocado um outro problema: o das políticas salariais do setor privado. Segundo informou o secretário de Política Econômica, o governo tem alertado às empresas para que, nas negociações salariais, busquem entrar com os salários pela média de um determinado período, e não concedam reajustes reais imaginando que a inflação corroerá esse custo. Ou seja, como a URV será cotada numa determinada taxa de câmbio, não poderá haver erros substantivos na relação salários/câmbio.

Para que o governo não tenha que operar com taxas de juros reais muito elevados, como instrumento de desaquecimento de demanda, durante a implementação do plano de estabilização.

Para evitar erros do passado — quando a queda rápida da inflação, com a conseqüente reativação da demanda por bens e serviços, encontrou uma economia desabastecida — a equipe econômica já discute políticas de abastecimento, importações e possíveis reduções tarifárias (para que as importações, mais competitivas, possam irrigar a oferta de bens).

A elaboração da medida provisória que criará a URV já está em fase adiantada.

Espera-se que ela possa entrar em vigência como o novo indexador a partir do dia 1º de fevereiro, e há questões complexas a decidir: a fixação do salário mínimo em URV, por exemplo. Há uma polêmica jurídica sobre o uso da URV como indexador de impostos, pois o código tributário considera como indexador um índice de preços, o que a URV não é. Essa deverá ser resolvida até a semana que entra.